

Título do capítulo	CAPÍTULO 18 – CENSO AGROPECUÁRIO E POLÍTICA AGRÍCOLA
Autores(as)	Antônio Márcio Buainain Hildo Meirelles de Souza Filho
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap18
Título do livro	UMA JORNADA PELOS CONTRASTES DO BRASIL: CEM ANOS DO CENSO AGROPECUÁRIO
Organizadores(as)	José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho José Garcia Gasques
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	-
ISBN	978-65-5635-011-0
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CENSO AGROPECUÁRIO E POLÍTICA AGRÍCOLA¹

Antônio Márcio Buainain²
Hildo Meirelles de Souza Filho³

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos cem anos, os Censos Agropecuários retrataram, de forma cuidadosa, a evolução e as transformações da agricultura e, em certo sentido, da própria sociedade brasileira. Formaram um álbum rico, com registros detalhados de cada etapa, dos estabelecimentos agropecuários, do uso do solo, da tecnologia e das ferramentas utilizadas, da infraestrutura disponível, dos produtores e do meio rural em cada região do país. O nível de detalhe variou de censo para censo. Algumas edições incluíram volumes especiais sobre a flora nativa, as análises dos sistemas produtivos, as questões sanitárias, o meio ambiente, e as condições sociais no campo. Outras edições aprofundaram o retrato da estrutura agrária, das relações de produção e do uso de tecnologia. Todos, sem exceção e a despeito de lacunas, falhas e problemas com a cobertura, aplicação dos questionários e sistematização das informações, apresentaram um fiel retrato da agricultura brasileira. Os censos serviram de base para a análise da dinâmica produtiva e social, preparação de diagnósticos sobre principais obstáculos, potencialidades e desafios, e para a formulação do planejamento estratégico, desenho e acompanhamento dos efeitos de políticas públicas ao longo do tempo.

As políticas agrícolas foram sempre influenciadas pelas informações geradas pelos censos, mas estes também refletiram, em muitos aspectos, demandas dos formuladores das políticas agrícolas. O melhor exemplo é o da agricultura familiar, classificação não reconhecida pelos censos, pois estes segmentavam os estabelecimentos pelo tamanho da área total, área de colheita e número de animais. No entanto, após o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, esta classificação passou a integrar os censos. As informações geradas, sem dúvida, permitiram o aperfeiçoamento do programa de fortalecimento deste grupo de produtores, que até então tinham permanecido em larga medida à margem das políticas agrícolas.

A análise da evolução dos censos e das políticas agrícolas revela uma simbiose rica, uma relação biunívoca com contribuições notáveis para o aperfeiçoamento dos censos e das políticas. Mas revela, também, trajetórias de certa forma divergentes, determinadas pela evolução de cada um, ditadas por lógicas, condicionantes e exigências específicas, e que tenderam a reduzir o papel do censo para a formulação e análise das políticas agrícolas, bem como o papel dos formuladores de políticas sobre o conteúdo do próprio censo.

De um lado, os censos passaram a ser auxiliados por novos instrumentos capazes de levantar informações sobre aspectos específicos da estrutura e dinâmica agropecuária, tais como o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), a Produção Agrícola Municipal (PAM), a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), a Previsão e Acompanhamento de Safras, a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs) e o levantamento de estatísticas sobre uso de agrotóxicos. Estas pesquisas têm foco e periodicidade mais adequados às necessidades dos formuladores das políticas agrícolas do que os censos decenais, aquelas oferecem imagens produzidas com profundidade e resolução que vão bem além das oferecidas pelas máquinas fotográficas e aparelhos de radiologia, não se renovam com a velocidade necessária para acompanhar os impactos das políticas e corrigir concepções, desenhos e implementação. E tampouco se pode minimizar a importância das informações geradas diretamente pelas instituições de ensino e

1. Este capítulo tem como base o trabalho dos mesmos autores, intitulado *Censos agropecuários e a política agrícola no Brasil: 1920-2006*, publicado como capítulo do livro *O Censo Entra em Campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários*, coordenado por Nelson de Castro Senra e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014 (Buainain e Souza Filho, 2014).

2. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), pesquisador do Núcleo de Economia Aplicada, Agrícola e do Meio Ambiente (NEA+) do IE/Unicamp e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED). E-mail: <buainain@gmail.com>.

3. Professor titular do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (DEP/UFSCar) e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (Gepai) da UFSCar. E-mail: <hildo@dep.ufscar.br>.

pesquisa, cuja maturidade, densidade e presença no território nacional são elevadas e que, a despeito de problemas de financiamento e continuidade que as afetam, vem-lhes garantindo um papel relevante na análise e no desenho das políticas públicas. Ainda que a cobertura das informações geradas no âmbito do trabalho das instituições de pesquisa seja, em geral, limitada do ponto de vista geográfico, são inegáveis a riqueza e profundidade destas fontes. Instituições de ensino e pesquisa, com tradição e qualidade, mantêm uma profícua interlocução com o mundo das políticas públicas em geral, com destaque para as políticas agropecuárias.

Por sua vez, as políticas agrícolas se tornaram bem mais complexas do que no passado, e envolvem um número maior de objetivos, instrumentos e exigências, com níveis de alcance que vão da unidade agropecuária – objeto da pesquisa dos censos – ao consumidor final, passando por redes de distribuição, prestadores de serviços técnicos e financeiros, instituições, agentes e atores sociais com organização, objetivos e dinâmicas também muito diferenciadas. É praticamente impossível, no âmbito de pesquisas censitárias, captar o conjunto de informações necessárias para apoiar o desenho e a execução das políticas agrícolas.

Nesse contexto, os censos, cujo esforço de planejamento e execução são hercúleos, em particular em um país continente como o Brasil, têm se voltado para apresentar a imagem do essencial. Temas e aspectos mais específicos, que envolvam correção de trajetórias e renovação das políticas em geral, são deixados para pesquisas especiais, de natureza amostral, realizadas com menor periodicidade.

Desde 2006, numa abordagem de compreender melhor os resultados do Censo Agropecuário daquele ano, diversos estudos buscaram não apenas analisar os dados do Censo 2006, mas também o fizeram com uma perspectiva histórica, comparando-o com os anteriores para revelar as transformações e sua dinâmica. Em 2010, Gasques, Vieira Filho e Navarro (2010) organizaram uma coletânea de artigos, intitulada *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*, que buscou aprofundar os resultados do Censo Agropecuário 2006. Em 2013, Navarro e Campos (2013) focaram nos estudos da agricultura de menor porte produtivo. Em 2014, Buainain *et al.* (2014) fizeram um esforço enorme de elaborar um extenso diagnóstico da produção brasileira, envolvendo diferentes temas de estudos, da produção, concentração, demografia, políticas até temas mais amplos. Gasques e Vieira Filho (2016) buscaram aprofundar os temas, pouco discutidos, da questão da sustentabilidade ambiental. Por fim, em 2019, Buainain, Lanna e Navarro (2019) e Vieira Filho (2019) fecharam um ciclo de estudos, que incorporaram a visão do enorme potencial produtivo internacional do Brasil na produção agropecuária, como também a avaliação de políticas públicas, tais como crédito, seguro, extensão, tabelamento de frete, previdência rural, sucessão dos negócios, entre outros temas.

2 AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS

Buainain e Souza Filho (2014) apresentam a rica história dos Censos Agropecuários do IBGE; do primeiro, realizado em 1920, ao de 2006, bem como a concepção do censo que entraria em campo em 2017. Esse último foi desenhado em condições de excepcionalidade, distintas daquelas que haviam sido planejadas, devido à crise econômica sem precedente, em contexto de restrição fiscal que impôs a redução em praticamente 50% do orçamento planejado e necessário para sua execução.

O planejamento feito em 2014 pelo IBGE era de coleta dos dados do Censo Agropecuário, referentes a 2015, no primeiro semestre de 2016, mas diante da redução dos recursos no Orçamento Geral da União (OGU), em abril daquele ano o instituto anunciou o adiamento da pesquisa. Pela mesma razão não foi feita a contagem populacional intercensitária.

Pesquisadores associados à Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober) se articularam e enviaram uma carta, que teve como “emissário” o consultor legislativo Marcus Peixoto, à senadora Ana Amélia, então presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, ressaltando a importância da realização do censo para a atualização dos estudos sobre a realidade rural e agropecuária e as políticas agrícolas e de desenvolvimento.

Em consequência, em outubro de 2016, foram realizadas duas audiências públicas sobre o assunto, uma com o então presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, e outra com Marcelo José Braga, presidente da Sober e professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Luiz Fernando Pereira Rodrigues, gerente substituto do Censo Agropecuário do IBGE, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, pesquisador do Ipea, Zander Navarro, pesquisador da Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Alberto Ercílio Broch, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Diante da defesa do censo, a CRA aprovou emenda de comissão, proposta pelo senador Waldemir Moka, no valor de R\$ 1,15 bilhão para a pesquisa. Esse valor ao fim das negociações do processo orçamentário foi reduzido para R\$ 505 milhões, pelo senador Eduardo Braga, relator do projeto de lei orçamentária (Ploa) para 2017, mas que somados aos previstos pelo governo no projeto, embora longe do ideal para uma pesquisa mais ampla, viabilizaram a sua realização, impedindo novo adiamento.

A competente e experiente equipe do IBGE teve de excluir do questionário praticamente a metade do conteúdo tradicional para reduzir o tempo e custo de aplicação. A despeito das polêmicas sobre os cortes, a comunidade acadêmica, mobilizada principalmente pela Sober, contribuiu para a redefinição do questionário, que manteve o essencial para revelar o retrato atual da agricultura brasileira. Apesar da inegável perda de detalhes, o esforço valeu a pena. A prova disso é este livro, que tem como fonte básica as informações produzidas pelo censo, cujos capítulos revelam detalhes das transformações substantivas que marcaram a agricultura brasileira no decênio intercensitário, 2006-2017.

O foco dos primeiros censos foi o mapeamento básico da agropecuária brasileira, estruturado em torno do que se produzia, por quem, como e onde. Os questionários enfatizavam os aspectos técnicos da produção e a qualificação dos produtores para o manejo dos sistemas produtivos mais modernos que estavam sendo introduzidos naqueles anos de profundas transformações da sociedade brasileira. Como se observa no tema dedicado à política agrícola na história dos censos,

não é possível sustentar a vigência de políticas agrícolas nas primeiras décadas do século passado. A regulação da produção se dava mais pelas políticas macroeconômicas e pela gestão fiscal, cambial e do comércio exterior. Os estímulos à produção eram mais o resultado da expansão da rede de estradas e das ferrovias do que de ações de apoio direto aos agricultores. O próprio crédito destinado à agricultura era fundamentalmente determinado pelos próprios bancos comerciais, com pequena regulamentação por parte do Estado (Buainain e Souza Filho, 2014, p. 235).

O próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) tinha pequena importância e os assuntos e produtos considerados relevantes, como a produção e exportação de cana-de-açúcar, café e algodão, e o segmento da pecuária de leite e carne, eram tratados diretamente pelo Ministério da Fazenda e pela Presidência da República (Silva, 2010).

O conteúdo dos censos acompanhou a evolução da sociedade e da agricultura brasileira. Até 1950 a ênfase esteve no mapeamento da estrutura produtiva, com uma visão produtivista, termo que passou a ser usado na década de 1970. Cada edição incorporava novas preocupações, ditadas pelo movimento da própria geografia da agricultura, ocupação de novos espaços, introdução de novos cultivos e sistemas produtivos. Interessante notar que a agricultura brasileira, caracterizada como extensiva e de baixa produtividade, também apresentou traços de inovação tecnológica e organizacional que foram bem documentados pelos censos desde 1920. Tais inovações estavam relacionadas tanto à escassez de mão de obra como à seleção de mudas e sementes mais apropriadas e à introdução de práticas agrônômicas e criação que apresentassem melhores resultados.

A partir do Censo Agropecuário 1950, a política agrícola, tal como se conhece, foi sendo incorporada, com informações sobre serviços financeiros, assistência técnica e extensão rural (Ater), atuação dos governos na esfera da comercialização e políticas de preços. A crescente importância adquirida pelo planejamento no período após Segunda Guerra Mundial elevou a importância de aspectos diretamente ligados à produção, em particular os custos, as técnicas e o uso de insumos e mão de obra. Informações relacionadas a esses temas seriam utilizadas para a formulação de políticas de comercialização e preços que se difundiriam a partir de meados da década de 1950 e mais amplamente nos anos 1960 e 1970.

A questão agrária, com suas implicações nas políticas agrícola e agrária, também se refletiu nos censos. O Censo Agropecuário 1950 introduziu coleta de informações relacionadas à estrutura agrária, com o uso da categoria empreendimento dirigido por ocupante, e posteriormente, com detalhes sobre a condição legal das terras, discriminando-a em terras próprias, arrendadas, ocupadas, próprias e arrendadas, próprias e ocupadas e arrendadas e ocupadas.

Como se sabe, o fim dos anos 1950 e a década seguinte foram marcados por sucessivas crises de abastecimento e carestia, inflação crescente associada à elevação de preços dos alimentos e conflitos sociais no meio rural. Em meio

a intensos debates sobre as causas estruturais da disfuncionalidade agricultura-indústria, prevaleceu a estratégia de promoção da modernização tecnológica da agricultura como resposta às dificuldades enfrentadas pela agricultura para atender às demandas criadas pelo crescimento acelerado do meio urbano e da indústria. Vieira Filho e Fishlow (2017) retratam de forma detalhada o processo de inovação tecnológica que aconteceu no caso brasileiro, comparando-o aos casos de sucesso da indústria nacional. A moderna agricultura é baseada em ciência e intensiva em tecnologia.

O Censo Agropecuário 1970 ampliou a cobertura de informações sobre os sistemas de produção e as políticas, com aperfeiçoamentos no que se refere ao uso do solo, disponibilidade de infraestrutura básica, uso de tecnologia, acesso ao crédito, produção e destino do produto, entre outros. Os resultados do censo passaram a ser usados

como referência para a análise da política de promoção de modernização baseada no tripé crédito abundante e barato, tecnificação por meio da mecanização, introdução de sementes selecionadas e adubação, e garantia de preço. As informações permitiram um retrato acurado do nível de desenvolvimento da agricultura brasileira e dos desafios a serem enfrentados para ajustar o passo em direção ao ‘Brasil Potência’, mote do regime militar. Mostrou-se que o setor era marcado por profundas diferenças entre produtores, regiões e culturas/produtos, que se estendiam em diversos níveis: tecnológico, capitalização, renda e acesso às políticas públicas. Também mostrou o descompasso entre os cultivos voltados para o mercado doméstico, notadamente os alimentos básicos, e aqueles produtos que também eram exportados (Buainain e Souza Filho, 2014, p. 245).

Nos anos seguintes da década de 1970, o desenho das políticas se orientou pelo retrato produzido a partir do Censo Agropecuário 1970.

As políticas de crédito e comercialização, por exemplo, reforçaram os incentivos para os então chamados pequenos produtores e para os produtos alimentares, que recebiam subsídios e limites de financiamento ainda mais elevados do que os demais. Estes incentivos eram anulados na implementação, seja porque aos bancos não interessava operar com os pequenos produtores, seja por dificuldades de o Estado amparar, de forma consistente, um grande número de produtores dispersos no território nacional (Buainain e Souza Filho, 2014, p. 246).

Os censos seguintes, de 1980 e 1985, introduziram maior detalhamento em todos estes aspectos da política e da estrutura produtiva e tecnológica. Em particular, reforçaram o conteúdo de informações para apoiar a reestruturação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sisbrater), tais como a finalidade e a origem da assistência técnica, o perfil dos profissionais habilitados (engenheiros agrônomos e florestais, veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas ou rurais). No que se refere ao financiamento, os censos discriminaram o papel do Banco do Brasil (BB) na concessão de crédito, no valor dos empréstimos e na finalidade, se custeio, investimento e/ou comercialização.

Os resultados do Censo 1985 revelaram os traços inequívocos do processo que Graziano da Silva (1982) havia denominado como “modernização conservadora”, e as distorções econômicas, produtivas e distributivas que a política agrícola gerou ao apoiar a modernização. Esses resultados permitiram não apenas questionar a própria eficácia e sustentabilidade das políticas, mas também, em particular, confirmar a distribuição profundamente desigual entre regiões, culturas e o tamanho do produtor, apontados por Guedes Pinto (1982); e as distorções alocativas e os efeitos sobre o preço da terra indicadas por Sayad (1984) e por Rezende (1981). Estas distorções justificariam tanto a revisão da política de crédito rural, iniciada em meados da década de 1980, com a eliminação da Conta Movimento – na prática ela permitia ao BB atender toda a demanda de crédito, sem restrição, e passar a conta para o Tesouro; quanto a criação, na década seguinte, do Pronaf e do próprio Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

A década de 1990 foi de inflexão no campo das políticas agrícolas, com o esgotamento dos três eixos da estratégia que vinha sendo seguida desde meados dos anos 1960: *i*) o da modernização conservadora, baseada em um modelo tecnológico insustentável que fundamentalmente adaptou o pacote usado em países de clima temperado para o Brasil (Buainain e Garcia, 2019); *ii*) o financiamento baseado no crédito fortemente subsidiado; e *iii*) a regulação dos mercados por meio de preços de garantia, políticas de comercialização, administração direta de preços e política comercial discriminatória.

A erosão fiscal do Estado brasileiro e as inconsistências internas da própria política levaram a mudanças na concepção e nas práticas da política agrícola, que passou a privilegiar intervenções nas condições gerais de produção e no funcionamento dos mercados, afastando-se de intervenções *ad hoc* acionadas para ajustar os fluxos e os preços aos objetivos de curto prazo da política macroeconômica. O campo da política alargou-se com objetivo de responder ao crescente adensamento das cadeias produtivas ligadas à agropecuária e à maior importância de fatores tais como a legislação sanitária e ambiental, as relações de trabalho, a segurança dos alimentos e a inovação tecnológica (Buainain e Sousa Filho, 2014, p. 250).

Nesse contexto, tanto a estratégia orientadora das políticas agrícolas brasileiras quanto o *modus operandi* foram reorientados, e mais que intervir em mercados para alcançar alguns objetivos, passaram a priorizar as condições gerais para o desenvolvimento sustentável do setor. Ao mesmo tempo que as políticas macroeconômicas procuravam restabelecer o papel dos mercados como sinalizador das transações econômicas, com a crescente liberalização dos mercados domésticos e externo, também ganhou destaque a dimensão social, incluindo-se a reforma agrária, praticamente abandonada durante a administração Collor de Mello e cuja demanda tinha sido reacendida pela crise econômica e mobilização dos trabalhadores sem-terra.

O Censo 1995-1996 apresentou uma análise detalhada dos temas referentes à estrutura agrária, e ofereceu condições para a realização de um diagnóstico minucioso da heterogeneidade estrutural da agricultura brasileira. Foi possível delimitar o expressivo contingente de agricultores familiares e o seu papel na ocupação do espaço, na produção agropecuária, em geral, e na de alimentos, em particular.

As informações reveladas pelo censo permitiram confirmar que os instrumentos da política agrícola vigentes no período anterior já não funcionavam na prática e existiam apenas nos documentos oficiais, e os novos instrumentos que vinham sendo propostos ainda não tinham deslanchado (Buainain e Sousa Filho, 2014, p. 250). Em certo sentido, a política agrícola, embora absorvesse somas consideráveis de recursos, era um jogo de faz de conta: os preços mínimos não tinham efetividade para estabilizar os preços nem a renda dos produtores, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) não garantia a renda em caso de eventos climáticos, o acesso ao financiamento continuava restrito para a maioria dos pequenos agricultores, a extensão rural tinha deixado de existir após o fechamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), e assim por diante.

O Censo Agropecuário 2006 apresentou contribuições relevantes para o aperfeiçoamento das políticas agrícolas. O trabalho de Alves e Rocha (2010) foi revelador em termos de mostrar a elevada concentração produtiva existente no setor agropecuário brasileiro: em que 8% dos estabelecimentos agropecuários respondiam por 85% da produção, enquanto uma parcela de 92% dos estabelecimentos agropecuários era responsável por apenas 15% da produção. Destaca-se a introdução da categoria agricultura familiar e um conjunto de informações que permitiram compreender melhor as condições de produção e a dinâmica deste segmento. As informações levantadas foram fundamentais para delinear a ampliação do Pronaf e a formulação de outras políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), a recuperação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para citar alguns.

O Censo 2006 também contribuiu para a análise do papel da inovação na agricultura e dos efeitos da ocupação das áreas de fronteira com um padrão tecnológico e organizacional distinto daquele que tinha caracterizado o processo histórico da frente pioneira. Esse levantamento permitiu ainda compreender melhor a dinâmica das cadeias produtivas mais importantes e o papel de outros atores no financiamento da agricultura.

3 O CENSO AGROPECUÁRIO 2017 E AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Como indicado anteriormente, o Censo 2017 foi realizado em um contexto particular, de crise econômica, fortíssima restrição fiscal e excepcionalidade institucional, com o impedimento constitucional da presidente Dilma Roussef, mas nem por isso menos traumático. A opção foi realizar um censo minimalista, preservando as informações essenciais e necessárias para elucidar a estrutura da agricultura brasileira e os principais fatores responsáveis pela dinâmica do setor. Tratava-se de viabilizar um novo retrato que revelasse, com precisão, mas sem os detalhes de uma foto de alta definição, as transformações estruturais da agricultura no decênio intercensitário.

O censo colheu informações que permitiram conhecer: *i*) o perfil do produtor, incluindo nível educacional e categoria (familiar ou não); *ii*) a composição da área do estabelecimento, especificando a condição legal das terras, incluindo áreas próprias, arrendadas, em parceria, comodato ou ocupadas; *iii*) utilização e origem das terras; e *iv*) um conjunto de características dos estabelecimentos, com informações sobre assistência técnica e práticas agropecuárias, fundamentais para uma visão sobre a política de assistência técnica e extensão rural, para as políticas ambientais, bem como orientar a política de inovação para a agropecuária. Foram colhidas informações muito relevantes para as políticas, tais como sobre financiamentos, empréstimos e garantias de preços. De forma sintética, identificaram-se o acesso, o objetivo e a fonte de recursos, incluindo fontes governamentais e outras, os principais programas e o agente que fez o financiamento ou empréstimo.

Desnecessário repassar aqui o que foi a década de 2010 para a agricultura brasileira, marcada pela emergência do Brasil como uma potência agrícola global, tal como indicado no título do livro organizado por Buainain, Lanna e Navarro (2019), *Agricultura development in Brazil: the rise of a global food power*.

No plano das políticas, as mudanças não foram pequenas e ocorreram em várias direções. Observou-se o papel crescente do financiamento privado, com destaque para o papel de atores não bancários, empresas de tecnologia em geral, de sementes e químicos a máquinas e equipamentos, bem como as grandes operadoras do mercado de grãos. Constatou-se a consolidação dos instrumentos de mercado, que apesar de terem sido lançados na década de 2000, na esteira do Plano Real, ainda estavam apenas no papel, mais intenção do que operação, quando da realização do Censo 2006.

Também se constataram as mudanças no padrão produtivo da agricultura, que passou a crescer principalmente devido à elevação da produtividade total de fatores, traço que tem sido exaustiva e cuidadosamente documentado nos trabalhos Gasques *et al.* (2012; 2016)). Na década, observou-se, ainda que o censo não registre este aspecto, a valorização da política de inovação para a agricultura, com a expansão da Embrapa, em termos físicos, capacidade instalada medida por pesquisadores ativos e orçamento, da rede de universidades com vocação agropecuária e da valorização de institutos de pesquisa vinculados ao meio rural e à agricultura.

Desde 2010, sob um padrão organizacional e de acumulação mais intensivo, ganharam importância algumas dimensões da política que dificilmente podem ser inteiramente contempladas em um censo, entre as quais se pode mencionar pelo menos três. A primeira é a questão sanitária, com todas as exigências e implicações. A segunda é a dimensão ambiental, ela ganhou uma enorme relevância e está profundamente imbricada com os temas de inovação, acesso a mercados, competitividade e sustentabilidade abrangente. Os dados do censo são úteis no sentido de indicar os estabelecimentos que utilizam práticas que poderiam ser associadas à gestão ambiental recomendada pelo paradigma da sustentabilidade. A terceira dimensão é a gestão de risco, ou de riscos, desde o climático até os de produção e mercado. O risco nas atividades agropecuárias vem sendo tratado no âmbito da política pública por meio de um conjunto de instrumentos, tais como o zoneamento agroclimático, inovação tecnológica, informação meteorológica, seguro agropecuário e regulamentação de mecanismos de proteção de mercado – desde operações em mercados de futuros até vendas antecipadas com liquidação em mercado físico.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? *In*: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010, cap. 11, p. 275-290.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Agriculture and environment: a conflictive and ambiguous antinomy in recent Brazilian development. *In*: BUAINAIN, A. M.; LANNA, R.; NAVARRO, Z. (Eds.). **Agricultural development in Brazil**: the rise of a global agro-food power. New York: Routledge, 2019. 272 p.
- BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Censos Agropecuários e a Política Agrícola no Brasil: 1920-2006. *In*: SENRA, N. C. (Coord.). **O Censo entra em campo**: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários. Rio de Janeiro: IBGE; Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2014.
- BUAINAIN, A. M.; LANNA, R.; NAVARRO, Z. **Agricultural development in Brazil**: the rise of a global agro-food power. New York: Routledge, 2019. 272 p.
- BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.
- GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010.
- GASQUES, J. G. *et al.* Total factor productivity in Brazilian agriculture. *In*: FUGLIE, K. O.; WANG, S. L.; BALL, V. E. (Orgs.). **Productivity growth in agriculture**: an international perspective. Oxfordshire: CAB International, 2012, cap. 7 p. 145-162.

_____. Produtividade da agricultura brasileira: a hipótese da desaceleração. *In*: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016, cap. 5, p. 143-164.

GRAZIANO DA SILVA, J. A **Modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

GUEDES PINTO, L. C. **Notas sobre a política de crédito rural**. Campinas: Editora da Unicamp, 1982. 271 p.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.

REZENDE, G. C. **Crédito rural subsidiado e preço da terra no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 1981. (Texto para Discussão, n. 41).

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**: Avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo: FIPE; Pioneira, p. 103-104, 1984.

SILVA, I. J. **Estado e agricultura no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2010. 261 p. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285955>>. Acesso em: mar. 2020.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira**. Brasília: Ipea, 2019.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017. 305 p.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

